

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Tal como reiteradamente o PCP tem alertado, acompanhando a preocupação da população, a situação do Rio Tejo e afluentes merece a adoção de medidas concretas e não se compadece com hesitações e inflexões de opinião, como assistimos entre dia 31 de Outubro e 5 de Novembro, em que a situação passou de normal a urgente, nas palavras do Sr. Ministro do Ambiente.

Nos últimos anos temos vindos a denunciar o agravamento dos problemas decorrentes de transferência de água (com particular ênfase para os empreendimentos espanhóis/transvases), assim como a má gestão ou a gestão concentrada na obtenção de lucro nas barragens de produção energética, agravando problemas de poluição e de perda de qualidade da água. Ao mesmo tempo, as estruturas públicas perderam capacidade de assegurar a gestão, a planificação e até a monitorização de protocolos internacionais (Convenção de Albufeira).

Ao fim de décadas de política de direita, as estruturas públicas não têm trabalhadores, meios e competências, foram afastadas da gestão de albufeiras, todas concessionadas a entidades privadas ou de direito privado a quem se delegou competências de administração.

O Estado não se pode subtrair às suas responsabilidades e só com a intervenção do Governo no sentido de garantir reforço de meios se pode garantir o cumprimento de caudais que preservem o equilíbrio dos ecossistemas e a biodiversidade, a medição da qualidade da água dos rios e albufeiras, a realização de ações de fiscalização e inspetivas regulares que permitam identificar os focos de poluição. É assim necessário reforçar os meios humanos e técnicos das autoridades e entidades com responsabilidades em questões ambientais, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente; a Inspeção Geral da Agricultura, do Mar, do ambiente e do Ordenamento do Território, o SEPNA/GNR.

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que por intermédio do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Como avalia o Governo os baixos níveis de água dos rios Tejo e Ponsul, devido à redução do

caudal?

2. No que diz respeito à Convenção de Albufeira, qual o caudal de água enviado por Espanha nos últimos três meses?
3. Que medidas pretende o Governo tomar junto do Governo de Espanha para assegurar que o caudal do Rio Tejo permite proteger os ecossistemas e a biodiversidade?
4. Que diligência pretende o Governo tomar para assegurar que as entidades privadas que gerem as barragens adequem o caudal dos rios não em função dos seus interesses, mas sim em função do interesse público e da proteção dos ecossistemas e da biodiversidade?
5. Irá defender junto do Governo Espanhol a medição do caudal instantâneo, a única forma de assegurar uma monitorização com real significado?
6. Que medidas pretende o Governo tomara para reforçar os meios das entidades intervenientes na área ambiental, nomeadamente meios humanos e técnicos?

Palácio de São Bento, 7 de novembro de 2019

Deputado(a)s

ALMA RIVERA(PCP)

ANTÓNIO FILIPE(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)

PAULA SANTOS(PCP)